

# Do Acordo de Nkomati emerge um fenómeno novo

por Estêvão Salomão Tembe

Preferentemente, optaram por uma política de aproximação, esta vista como constituindo um substrato fundamental em que deve assentar o Pacto de Não-Agressão e Boa Vizinhança entre a República Popular de Moçambique e a República da África do Sul, decorrente do Acordo de Nkomati, assinado a 16 de Março passado. Surpreendentemente, surgem, assim, as relações entre os dois países que constituem, quanto a nós, um FENÓMENO NOVO.

Efectivamente, relegaram ao segundo plano os antagonismos que prevalecem em relação às suas doutrinas políticas, económicas e sociais, prioritária e unanimemente escolheram uma única via que, na realidade lhes pudesse conduzir a um Pacto de Paz.

Moçambique, ao tomar essa iniciativa, logrou não somente alcançar os principais objectivos da sua política de paz, como ainda justificar a permanente preocupação em relação ao subdesenvolvimento herdado e a todos os factores agravantes.

Acresce a isto a inactividade a que se viu submetido um número considerável de moçambicanos, «porque a partir de uma determinada altura (1975) não foi aceite a renovação dos seus contratos de trabalho nas minas sul-africanas» (1).

Foi em atenção a esses problemas, que dia a dia recrudesciam, com maior incidência na perda de vidas das pessoas inocentes, na destruição das infra-estruturas — produto da guerra não declarada por várias formas movida contra Moçambique, que este viu como solução o ACORDO DE NKOMATI, ciente que «criará as condições favoráveis para o desenvolvimento» (2).

É que os acontecimentos deixaram provas concluintes em como não era possível a ascensão económica, cultural e social sem paz.

Por outro lado, embora esteja directamente envolvido o nosso país, os benefícios do ACORDO cobrem todos os países da região da África Austral.

O manifesto apoio, particularmente a Moçambique, encontra uma razão plausível no facto de todos hoje se sentirem com as maiores probabilidades de ascensão económica, partindo do alívio do peso que vinham suportando.

Considerando abertas as boas perspectivas para um futuro próspero, cremos que ninguém poderá duvidar de que emerge do ACORDO DE NKOMATI um FENÓMENO NOVO.

Porque mesmo olhando apenas e exclusivamente a África do Sul, presa aos seus cruciais problemas internos, o ACORDO permite-nos falar na probabilidade de uma mudança, a qual começará por uma interacção positiva entre os grupos étnicos e racialmente diferentes — facto apaixonante, pois a concretizar-se, dará um impulso para que todos venham a convergir os seus esforços visando uma nova sociedade, em que todos sejam

realmente iguais, com as mesmas oportunidades, a partir dos seus valores culturais, sociais adquiridos até à ocupação dos lugares em função não dos valores naturais ou biológicos mas da mobilidade vertical, ascendente.

## O ACORDO VISA UMA MUDANÇA

Pensamos que não se deve permanecer imutável se com isso não se colhem nenhuma vantagens. Mas, desde já fica claro, que não se trata de qualquer mudança do sistema social vigente, porque o ACORDO DE NKOMATI não se prende com os laços ideológicos, nem se põs em termos de sistemas políticos que cada um segue, a aproximação ora existente. É praticável, e disso abundam as provas, uma política de coexistência entre governos de ideologias opostas.

Estamos apenas por uma perspectiva que nos permite ver ou analisar as RELAÇÕES ora existentes entre Moçambique e África do Sul. É possível de uma análise por prismas diferentes, iguais ou mesmo opostos.

Porém, um facto essencialmente certo é que um fenómeno nunca deve ser visto ou analisado afastando-se dos elementos que constituíram a sua origem.

Na verdade e quanto a nós, as RELAÇÕES decorrentes do ACORDO constituem um fenómeno da mudança e é a partir desta que podemos ter uma nova imagem.

A verdadeira mudança social significa uma profunda transformação e atinge as estruturas, as instituições, a cultura e o homem — requisito essencial para a eliminação da miséria e, consequentemente, para o surgimento do desenvolvimento. «Mudança económica implica mudança social» (3).

É predominantemente uma preocupação da sociologia contemporânea o fenómeno da mudança social e este somente é justificável a partir da mudança das estruturas, implicando ao mesmo tempo o todo da sociedade ou uma parte significativa desta. Onde assumir um fenómeno colectivo.

Sob pena de deixar uma brecha, característica do dualismo já existente porque herdado, todos os elementos que indicamos são imprescindíveis e essenciais. Mas admite-se uma hierarquia, dada a importância que cada um tem na luta pela «modernização» da sociedade.

A transformação das nossas estruturas económicas e tradicionais tem uma prioridade neste momento em que enfrentamos a problemática da alimentação e do desemprego. É que uma economia de subsistência, simples, está impossibilitada de responder satisfatoriamente às exigências do crescimento populacional e mantém o país na miséria.

No nosso caso e por se tratar de uma sociedade subdesenvolvida, essa

transformação impõe-se e urgentemente, que sem ela não é possível o desenvolvimento. «Nos países de economia atrasada a transformação das estruturas sociais tradicionais apresenta-se como condição indispensável no sucesso de qualquer programa de modernização e de equipamento» (4).

Somente uma estrutura económica complexa de expansão, de produção, é capaz de responder positivamente, que, afinal, caracteriza o desenvolvimento.

Porém, um facto é certo e assim solicita-nos uma particular atenção. É que o desenvolvimento logo que se processe traz um conjunto de situações, porque introduz numa sociedade profundas alterações na maneira de ser das pessoas — o que origina certos problemas. Estes, evidentemente, em qualquer processo da mudança são inevitáveis, que são inerentes às próprias transformações que a sociedade sofre.

Se por um lado o ACORDO reveste-se de um significado muito particular, levando em conta as implicações políticas, económicas e sociológicas que tem, por outro lado e já assente predominantemente nas NOVAS RELAÇÕES, cremos e não hesitamos, porque daí decorrem as boas perspectivas, sendo o mais importante e urgente assegurá-las ou torná-las operativas. Mas o elemento de relevo e solicitado primeiro a intervir é o homem, que é a garantia de toda uma estratégia do desenvolvimento a que aspiramos. Neste momento e particularmente, torna-se imperiosa a sua elevação, como requisito essencial. É conveniente vermos essa elevação como uma solução dos complexos problemas que temos e uma garantia para a solução dos que vamos tendo, que são inevitáveis.

Entendemos que é o homem que ocupa o lugar de relevo ou primordial e melhor poderá ocupar na hierarquia o lugar proeminente, se nos oferecer as garantias em termos do seu equipamento físico, moral, intelectual ou espiritual, da sua cultura, do seu valor social e nisto a sua qualificação técnico-profissional. No processo da mudança ou, se quisermos, do desenvolvimento, aparece como agente.

Efectivamente, neste momento e mercê do ACORDO, em que são inevitáveis profundas transformações tocando até vários aspectos, particularmente económicas, contamos com complexidade de uma gama de problemas, uns resultantes dos investimentos estrangeiros, aberturas de novos empregos e isto atraído pela paz, segurança ou estabilidade restantes, outros da falta de elementos válidos capazes de responderem às exigências de toda uma política de «modernização» do país.

Sabemos e por isso lamentamos a falta de quadros, numa altura em que o país necessita e devia contar com homens cujo nível de preparação permita devidamente acompanhar a evolução dos acontecimentos (pro-

cesso) e responderem de modo eficaz aos problemas daí decorrentes.

Se por um lado é certo que o ACORDO DE NKOMATI criou as condições favoráveis para o desenvolvimento, por outro é igualmente certo que tais condições só se tornarão efectivamente positivas a partir dos esforços de todos até à eliminação de todos os obstáculos que temos vindo a enfrentar. Porque somente as condições não constituem uma solução cabal de toda a problemática. Todavia, constituem, na verdade, uma abertura para buscar rapidamente a solução. Contudo, é evidente que um problema só encontra a sua solução a partir de uma análise profunda dos elementos que constituíram a sua origem — facto que possibilita a eliminação das suas causas principais.

## REFLEXOS POSITIVOS DO ACORDO

Hoje, podemos verificar vários contactos, não a nível de governos mas a nível das empresas moçambicana e sul-africana interessadas em resolver certos problemas inerentes às suas actividades.

Como fruto do ACORDO está sendo utilizado ou em vias disso, a ferro-portuária do Maputo para tráfego de mercadorias e de para aquele país vizinho — o que justifica as boas relações e mútuas vantagens em termos económico-financeiros.

A isso podemos acrescentar e já assente nas garantias ora existentes, muitos investimentos estrangeiros que vão aumentando o apoio aos projectos do desenvolvimento em vários domínios. A título de prova, temos como substrato as palavras do dirigente de uma instituição financeira da França que, entre outras, disse o seguinte: «Investimentos em Moçambique têm futuro». E acrescentou: «Com a assinatura do ACORDO DE NKOMATI, muito mais poderemos fazer» (5).

## BIBLIOGRAFIA CITADA:

1. MIGUEIS LOPES JÚNIOR, em *Estudos Moçambicanos*, 1 — Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane — págs. 91 e 92 — Maputo, 1980.
2. SAMORA MACHEL, em discurso pronunciado na Sala do 4.º Congresso, em Maputo, 5/4/84.
3. EVERETT HAGEN, em *Sociologia do Desenvolvimento*, pág. 25.
4. GEORGES BALANDIER, em *Tratado de Sociologia*, vol. 1, pág. 458. Estudos organizados por Geroges Gurvitch.
5. JEAN MIERRA GONNON, em *Jornal «Notícias» de Maputo*, de 3/4/84.